

Agricultura urbana como crítica e alternativa: Práticas comunicativas em torno da alimentação no contexto de crises socioambientais

Urban Agriculture as Criticism and Alternative: Communication Practices around Food in the Context of Social and Environmental Crises

Thaís Cristina Schneider

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

thaiscschneider@gmail.com

Paulo André Niederle

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

paulo.niederle@ufrgs.br

Myrian Regina Del Vecchio-de Lima

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

myriandel@gmail.com

Fecha de recepción: 3 de mayo de 2016

Fecha de recepción evaluador: 5 de junio de 2016

Fecha de recepción corrección: 7 junio de mes de 2016

Resumo

O artigo analisa a agricultura urbana sob o ponto de vista da comunicação. O foco recai sobre os diferentes entendimentos que praticantes e não praticantes constroem acerca da crítica e alternatividade que esta forma de produção constitui em relação ao moderno sistema alimentar. O estudo discute a experiência da Quinta da Videira, situada na região sul do Brasil. A partir de uma perspectiva relacional e praxiológica, a pesquisa buscou compreender que sentidos são construídos sobre a agricultura urbana por diferentes interlocutores que interagem com a experiência. Os resultados destacam, por um lado, o modo como a agricultura urbana foi apropriada com intencionalidade simbólica e comunicativa, a fim de expressar um contraponto não apenas à produção alimentar convencional, mas aos modos de consumo e de vida que a ela se vinculam, compreendidos como geradores de crises socioambientais. Por outro lado, também apontam para as resistências que se interpõem à ideia de conciliar práticas agrícolas ao universo urbano. O artigo conclui destacando a importância de analisar fenômenos comunicacionais a partir de um olhar sobre as práticas, que se revelam centrais no processo de contestação e construção de sentidos.

Palavras-chave: Agricultura urbana; Comunicação; Alimentação; Meio ambiente; Práticas comunicativas; Alternatividades.

Abstract

The article analyzes urban agriculture from the communication standpoint. It focuses on the different understandings that practitioners and non-practitioners build on the criticism and alternativity that this form of production constitutes towards the modern food system. The study discusses the experience of Quinta da Videira, situated in the southern region of Brazil. From a relational and praxiological perspective, the research sought to understand the meanings that they are built on urban agriculture by different interlocutors that interact with the experience. The results highlight, on the one hand, how urban agriculture was appropriated with symbolic and communicative intentionality in order to express a counterpoint not only to conventional food production, but also to the ways of consumption and life that are linked to it, understood as generators of social and environmental crises. On the other hand, the results also evince resistances that object the idea of conciliating farming practices with the urban universe. The paper concludes by highlighting the importance of analyzing communication phenomena with focus on practices, which prove central to the process of meaning contestation and construction.

Keywords: Urban Agriculture; Communication; Feeding; Environment; Communicative Practices; Alternatives.

Resumen

El artículo analiza la agricultura urbana desde el punto de vista de la comunicación. La atención se centra en las diferentes concepciones que los practicantes y no practicantes construyen acerca de la crítica y la alternatividad que esta forma de producción constituye en relación al moderno sistema alimentar. El estudio discute la experiencia de Quinta da Videira, situada en la región sur de Brasil. Desde una perspectiva relacional y praxiológica, la investigación trató de comprender que sentidos se construyen sobre la agricultura urbana por diferentes interlocutores que interactúan con la experiencia. Los resultados destacan, por un lado, cómo la agricultura urbana ha sido apropiada con intencionalidad simbólica y comunicativa, con el fin de expresar un contrapunto no sólo a la producción alimentar convencional, pero a los modos de consumo y de vida que a ella están vinculados, entendidos como generadores de crisis socioambientales. Por otro lado, también apuntan a las resistencias que se interponen a la idea de conciliar prácticas agrícolas con el universo urbano. El artículo concluye destacando la importancia de analizar los fenómenos de comunicación desde una mirada a las prácticas, que resultan fundamentales para el proceso de objeción y construcción de sentidos.

Palabras clave: Agricultura urbana; Comunicación; Alimentación; Medio ambiente; Prácticas comunicativas; Alternativas.

Introdução

Cercada por fatores sociais, econômicos, biológicos, ambientais e culturais, a alimentação é terreno de constante negociação de sentidos – algo que a atrela, fundamentalmente, à comunicação. A própria origem do termo ‘comunicação’ é relacionada ao ato de se reunir para fazer refeições – nos mosteiros da Idade Média, o *communicatio* era o momento em que se rompia a rotina de isolamento do indivíduo para uma ação comum (Martino, 2001). De fato, a alimentação é vista como uma forma de comunicação, dotada de gramática e símbolos próprios, que expressam identidades, condições de status, visões de mundo e modos de vida (Amon & Menasche, 2008). Mais que isso, em um contexto onde as escolhas alimentares têm crescentes implicações nas mais diversas instâncias, da saúde do organismo à preservação do planeta, comer é considerado um ato político (Pollan, 2007) – assim como produzir a própria comida.

Junto ao desenvolvimento de um sistema alimentar globalizado, marcado pela industrialização e pela urbanização (Morgan, Marsden & Murdoch, 2006), vê-se crescer uma atividade tão antiga quanto as próprias cidades: a agricultura urbana. Nesse cenário, várias têm sido as motivações e funções atribuídas à mesma, destacando as possibilidades que ela apresenta para superar problemas relacionados a esse sistema, como o acesso facilitado a alimentos de qualidade (Mougeot, 1999). Uma vez que a modernidade afastou a produção alimentar para o meio rural, sugere-se também que cultivar hortas e criar animais "de produção" na cidade contribui para a construção de uma nova relação das pessoas com seu habitat e com sua comida (Coutinho & Costa, 2011; Deelstra & Girardet, 2000). Nesse sentido, alguns estudos vêm apontando o caráter simbólico da agricultura urbana, que, sob determinadas condições, seria capaz de constituir uma crítica e uma alternativa ao sistema alimentar convencional (Bouvier, 2013).

Este estudo procura compreender como uma experiência de agricultura urbana é interpretada em seu contexto local, tanto por praticantes quanto por não praticantes. O objetivo é analisar os sentidos construídos nesse processo de comunicação, evidenciando se a agricultura urbana se confirma como uma crítica e/ou alternativa entre os diversos interlocutores envolvidos e se contribui para superar a racionalidade econômica que cria uma cisão entre sociedade e natureza (Leff, 2002). A experiência escolhida para o estudo foi a Quinta da Videira, uma iniciativa ligada ao terceiro setor na cidade de Curitiba (PR), na região sul do Brasil. Trata-se de um caso em que a agricultura urbana foi apropriada por seus praticantes com uma intencionalidade simbólica, a fim de constituir um contraponto ao sistema alimentar convencional, mas também aos modos de consumo e de vida que a ele se vinculam, compreendidos como geradores de crises socioambientais.

Para analisar a experiência, recorreu-se a uma abordagem relacional e praxiológica da comunicação (França, 2001, 2003; Mafra, 2010), bem como a uma aproximação com a sociologia das práticas (Reckwitz, 2002). O estudo salienta o caráter comunicacional das práticas envolvidas, tidas como materialidades simbólicas que desencadeiam o tensionamento e a (re) construção de sentidos relacionados à alimentação. Os resultados demonstram que a apropriação de determinadas práticas em torno da alimentação contribui para desencadear mudanças potencialmente favoráveis do ponto de vista socioambiental e, ao mesmo tempo, evidencia as resistências e fragilidades presentes nesse processo.

O artigo está estruturado em seis tópicos. O primeiro traz uma revisão sobre o marco teórico adotado e o segundo, uma contextualização sobre alimentação e agricultura urbana no cenário atual. O terceiro apresenta a experiência estudada e suas práticas

comunicativas, descrevendo o estudo de caso, que envolveu a realização de entrevistas em profundidade com quatro tipos de interlocutores da Quinta da Videira. O quarto tópico analisa o quadro relacional desses interlocutores entre si e com a experiência, e o quinto, os sentidos construídos em seu processo de comunicação. Por fim, constam as conclusões e sugestões levantadas com base nos resultados obtidos.

A comunicação em um modelo relacional e praxiológico

Nas últimas décadas, o campo científico da comunicação tem sido terreno de muitos debates acerca do que o caracteriza em termos epistemológicos. A discussão reflete os questionamentos levantados no final do século XX acerca do próprio modo de fazer ciência (Santos, 2003; Latour, 1994, 2004) junto ao desenvolvimento da perspectiva da complexidade (Morin, 1991): a ideia de que os objetos não estão dados no mundo para serem meramente captados pelo pesquisador; pelo contrário, cabe a este construí-los a partir de seu olhar. Sendo a comunicação algo que perpassa todas as atividades humanas, tem-se então que qualquer fato humano pode ser problematizado sob o ângulo deste campo, com suas várias interfaces possíveis (Braga, 2011).

É no bojo dessas reflexões que se encontra o quadro referencial adotado para o presente estudo, compreendendo a comunicação em um modelo praxiológico. De acordo com França (2003), tal modelo, proposto pelo sociólogo francês Louis Queré (1991), prevê que a comunicação deixe de ser vista apenas como um processo de representação da realidade e transferência de mensagens para ser concebida como ação constitutiva e organizadora dessa realidade. Assim, os indivíduos, em vez de emissores e receptores de mensagens, tornam-se sujeitos constituídos na expressão, de acordo com sua relação e o contexto em que se inserem. Como esclarece a autora, esse modelo se mostra profícuo para superar o “paradigma informacional” historicamente adotado nos estudos comunicacionais, resgatando e sistematizando aportes de outros autores das ciências sociais de diferentes épocas e origens teóricas.

Entre eles está George Mead, cuja obra deu origem, posteriormente, ao interacionismo simbólico. Ao conceber a formação da sociedade e dos sujeitos de forma reflexiva, Mead (1967) atribui um papel central à comunicação, referente à capacidade humana de interagir no nível da elaboração simbólica, que requer a construção e a partilha de sentidos universais. Embora destaque a linguagem (atos de fala) como principal instância desses processos, ele prevê que todas as ações humanas são constituidoras de sentidos. Tal pressuposto é apropriado por Blumer (1969), para quem: i) as pessoas agem em relação às coisas de acordo com o sentido que atribuem a elas; ii) os sentidos emergem

da interação entre os indivíduos, não sendo intrínsecos nem a eles nem às coisas; e iii) as pessoas interpretam, acionam e modificam esses sentidos por meio de sua ação.

Essa perspectiva construtivista se intensificou a partir da década de 1960, com as proposições de Peter Berger e Thomas Luckmann sobre a "construção social da realidade", bem como com a "virada" culturalista e interpretativista na teoria social na década de 1970 (Reckwitz, 2002). Com isso, grande parte das abordagens contemporâneas sobre a questão do sentido mantêm o entendimento de que este é construído e modificado socialmente (Maines, 2000). Apesar de ter sido criticado por não se debruçar sobre a influência das estruturas macrosociais sobre a vida cotidiana (Haguette, 2005), o interacionismo simbólico contribuiu para uma concepção mais ampla da comunicação enquanto processo reflexivo e constitutivo, como a que se apresenta junto ao modelo praxiológico de Queré. Nas palavras do autor: Por abordagem comunicacional, entendo o uso da noção de comunicação como esquema conceitual para dar conta da atividade e da organização social, das relações sociais e da ordem social. (Louis Queré, 1991, p. 71 cit. por França, 2003, p. 42).

Como destaca França (2003, p. 43), nessa perspectiva, "(...) estudar a comunicação não equivale a separar fatos particulares da sociedade (objetos comunicativos), mas apreender o social pelo viés das dinâmicas comunicativas que o constituem". Contudo, isso introduz uma questão: como recortar essas dinâmicas em meio aos diversos fenômenos sociais, a fim de delinear um objeto de estudo? Em trabalho anterior (França, 2001), a autora argumenta que a especificidade da abordagem comunicacional está em alcançar a interseção de três dinâmicas básicas: a situação sociocultural, o quadro relacional dos interlocutores e a produção de sentidos a partir de uma materialidade simbólica. Tal proposta deriva do conceito amplo de processo comunicacional por ela descrito, que destaca sua globalidade e circularidade, bem como as inter-relações entre os sujeitos, em uma perspectiva relacional da comunicação (Mafra, 2010):

Em suma, a comunicação compreende um processo de produção e compartilhamento de sentidos entre sujeitos interlocutores, realizado através de uma materialidade simbólica (da produção de discursos) e inserido em determinado contexto sobre o qual atua e do qual recebe os reflexos (França, 2001).

À luz dessas reflexões, o termo 'discurso' pode ser compreendido de forma ampla, não apenas como expressão linguística, mas como materialidade passível de interpretação por diferentes interlocutores, que a ela atribuem sentidos em um dado contexto (não necessariamente os mesmos sentidos). Destaca-se, assim, o caráter da comunicação

humana como relação entre consciências, dada na partilha de um objeto de consciência (Martino, 2001: 14-15), e não como processo de transferência de mensagens. Recorrendo a Peruzzolo (2006), cabe dizer que as pessoas se comunicam em algo (na materialidade de que emergem os sentidos) em vez de comunicar algo (transmitir os sentidos em si). O que dialoga com as proposições do interacionismo simbólico de que a forma como se age em relação às coisas constrói sentidos sobre elas.

Nessa linha de raciocínio, propõe-se aqui uma compreensão das diversas práticas humanas como materialidades simbólicas, a partir das quais pode se dar a produção de sentidos. Para tanto, recorre-se a uma aproximação conceitual com a teoria das práticas, oriunda do campo da sociologia. Como explica Reckwitz (2002), esta diz respeito, igualmente, a uma sistematização didática de elementos encontrados nas obras de vários autores do último terço do século XX, como Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Charles Taylor, Michel Foucault (“tardio”), Harold Garfinkel, Bruno Latour e Theodore Schatzki, tendo em comum a influência culturalista, o interesse pela vida cotidiana e a referência filosófica de Ludwig Wittgenstein e Martin Heidegger. De acordo com tal teoria, a compreensão do mundo socialmente partilhado não se situa na mente dos indivíduos, nas estruturas simbólicas ou mesmo nas interações sociais, mas nas práticas. Estas são definidas da seguinte forma:

A 'practice' (Praktik) is a routinized type of behaviour which consists of several elements, interconnected to one other: forms of bodily activities, forms of mental activities, 'things' and their use, a background knowledge in the form of understanding, know how, states of emotion and motivational knowledge¹ (Reckwitz, 2002, p. 249).

Assim, as práticas são padrões preenchidos por ações únicas, como modos de trabalhar, de se vestir, de consumir, que englobam atividades do corpo e da mente, coisas (não humanos), conhecimentos (formas rotinizadas de entender o mundo, as coisas, a si e aos outros), estruturas e processos, os quais funcionam em conjunto. Elas são sociais porque são compartilhadas por diferentes praticantes, sem pressupor a interação direta entre estes. Os sentidos (entendidos de forma sinônima ao conceito de conhecimentos), portanto, estão imbuídos nas práticas, orientando-as e ao mesmo tempo sendo (re)construídos a partir delas.

Da mesma forma que os praticantes atribuem sentidos às suas práticas, elas também podem ser interpretadas por quem as observa. Assim, é possível assumir que todas as práticas são potencialmente comunicativas. Contudo, elas também podem ser apropriadas com a finalidade de expressar ou mostrar algo. É o que ocorre com as chamadas práticas discursivas (Reckwitz, 2002) que envolvem as expressões baseadas na

linguagem em suas variadas formas e combinações (fala, escrita, gestos convencionados, imagens) –, mas também com práticas relacionadas a outras finalidades que combinam essa intenção – vestir determinadas roupas para se manifestar em favor de uma causa ou boicotar determinado produto como forma de protesto, por exemplo, como se vê no âmbito do consumo político (Portilho, 2009).

Se a cultura constitui uma matriz de sentidos (Peruzzolo, 2006) ou um conjunto de interpretações e categorias consolidadas (Kurzman, 2008) que institucionalizam modos de ser e agir, as práticas podem estar em consonância com um modelo cultural estabelecido ou podem ser realizadas justamente com a intenção de questioná-lo, de mudá-lo, de oferecer novos sentidos. A hipótese deste estudo sugere que isso se revela na experiência de agricultura urbana escolhida para análise, em que práticas destoantes do padrão hegemônico em torno da alimentação são apropriadas em busca de tensioná-lo e de construir alternativas ao mesmo. Todavia, antes de focar nessa experiência, cabe analisar a primeira dinâmica que integra seu processo de comunicação: o contexto sociocultural em questão.

Contexto: alimentação, crise socioambiental e agricultura urbana

A alimentação demarca relações que as pessoas estabelecem entre si, com outras espécies e com seu meio. Desde a definição do que é ou não comestível diante do chamado dilema do onívoro (Pollan, 2007) até as formas de organização social e métodos produtivos desenvolvidos para resolver essa demanda fundamental, ela influencia e é influenciada pelos diferentes modos de vida e de entendimento de mundo em cada contexto temporal e geográfico. Tanto é que as prescrições e proibições alimentares se traduzem em questões identitárias, como nas diferentes etnias e tradições espirituais (Amon & Menasche, 2008; Carneiro, 2005).

Desde a metade do século XX, o contexto da alimentação humana vem passando por intensas transformações, as quais levaram à hegemonia de um sistema alimentar “moderno”, marcado pela agricultura mecanizada e produtivista, pelos mercados de massa e pela globalização, padronização e desterritorialização da comida. Espelhado em dinâmicas industriais, esse sistema possibilitou reduzir a dependência da produção agrícola em relação à natureza sob uma série de aspectos, como a sazonalidade e a perecibilidade dos alimentos (Goodman, Sorj & Wilkinson, 1990). Para tanto, tornou imperativo o uso de uma série de insumos e técnicas de produção (monocultura, adubos e pesticidas sintéticos, organismos geneticamente modificados, confinamento, medicação e alimentação artificial de animais), de conservação (controle de temperaturas, acréscimo

de conservantes e aditivos químicos nos produtos, embalagens) e de distribuição (cadeia logística de transportes e armazenamento). Por sua vez, no que se refere à preparação e ao consumo, esse sistema valoriza a conveniência e o baixo custo, em paralelo à redução do tempo dedicado à cozinha e às refeições de modo geral (Morgan et al., 2006). Ao fim, tem-se ainda uma clara separação entre as esferas da produção e do consumo, uma das características que marcam a consolidação da sociedade de consumo (Barbosa, 2010).

Esse sistema também apresentou uma série de consequências, como a expulsão da população rural para as cidades, os grandes índices de desperdício e perda alimentar (FAO, 2011) o incremento da produção de resíduos e lixo nas diversas etapas do sistema, a poluição, a diminuição da biodiversidade e a exaustão dos solos e demais recursos naturais comuns (Veiga, 2008), o aumento dos problemas de saúde relacionados ao consumo de alimentos industrializados (Tardido & Falcão, 2006; Pollan, 2007, 2008), em paralelo à questão da fome e da má nutrição (FAO, 2012a), da ocorrência de "sustos alimentares" decorrentes de "falhas" nos processos industriais (Morgan et al., 2006) da prevalência da ciência como referência para as dietas em detrimento das tradições (Pollan, 2007, 2008), ratificada por meio da mídia (Villagelim et al., 2012), e a intensificação da separação campo-cidade. Como afirma Poulain (2004, p.52), "a urbanização, ao desconectar o alimento de seu universo de produção, coloca-o num estado de mercadoria e destrói parcialmente seu enraizamento natural e suas funções sociais".

A partir dos anos 1990, o relativo abalo na confiança nesse sistema levou ao desenvolvimento de processos institucionalizados de fiscalização, auditoria e certificação. Ao mesmo tempo, estimulou uma "virada para a qualidade" (Goodman, 2003), relacionada à valorização de atributos ecológicos, tradicionais e artesanais. Associada a uma preocupação com a procedência da comida, a preferência por tais atributos se tornou o cerne do chamado sistema alimentar alternativo, caracterizado pela produção de base ecológica, pequenas agroindústrias, mercados locais e movimentos de reterritorialização da comida (Morgan et al., 2006). Em meio a esse sistema se enquadram as chamadas redes alimentares alternativas (Renting, Marsden & Banks, 2003), práticas alimentares contra-hegemônicas, como o vegetarianismo, e movimentos como o *Slow Food*², ao passo que métodos de cultivo "naturais", como a agricultura orgânica e a agroecologia, ganham atenção³.

Se o próprio surgimento das cidades, junto às primeiras civilizações humanas, esteve ligado ao advento da agricultura, que se deu entre dez e cinco mil anos atrás (Mazoyer & Roudart, 2010), esta atividade ganhou diferentes amplitudes e relevâncias no meio urbano ao longo da história (Smit, Nasr & Ratta, 2001a). Em alguns períodos,

ela esteve relacionada a estratégias de subsistência, como ocorreu, por exemplo, com os Victory Gardens na Europa e nos EUA durante as Guerras Mundiais. No contexto atual, vê-se que ela volta a crescer, associada a fatores como a própria urbanização, que avança sobre áreas previamente rurais, e o deslocamento da população rural para o meio urbano, por conta da mecanização do campo (Delgado, 2010), mantendo vivos costumes associados à agricultura - embora estes ganhem novos significados e técnicas no meio urbano, não podendo ser considerados meras relíquias do passado (Coutinho & Costa, 2011).

Com efeito, muitos agricultores urbanos não têm origens familiares no meio rural. Nos dias de hoje, as motivações para aderir à atividade variam amplamente: como resposta a situações de fome e pobreza (Drescher, Jacobi & Amend, 2000), como meio de acesso facilitado à alimentação de qualidade ou como empreendimento (Smit, Nasr & Ratta, 2001b), como forma de hobby ou lazer, contato com a natureza, educação ambiental, convivência social e promoção da saúde (Pouw & Wilbers, 2005), como uso produtivo de espaços ociosos e modo de melhorar a qualidade ambiental nas cidades (Deelstra & Girardet, 2000) – em que se destaca sua afinidade com a agricultura orgânica de base ecológica (Aquino & Assis, 2007) e seu potencial para o manejo ecológico de resíduos (Smit & Nasr, 1992) –, e como arranjo produtivo baseado no trabalho colaborativo e nas trocas de bens ou serviços, sem a mediação do dinheiro (Deelstra & Girardet, 2000), por exemplo. Cabe ressaltar que essas motivações raramente são únicas, mas combinadas em diferentes apropriações, e que algumas delas extrapolam a finalidade utilitária de obtenção dos alimentos.

No âmbito deste estudo, interessa discutir sobretudo umas dessas apropriações, que diz respeito ao caráter simbólico/comunicacional da agricultura urbana. Segundo a literatura, para alguns praticantes, a agricultura urbana é tida como uma forma de resgatar valores perdidos na sociedade atual e de expressar preocupação com o meio ambiente, a saúde o bem-estar coletivo, constituindo um ato simbólico contra o consumismo (Comassetto et al., 2011). Com efeito, no contexto norte-americano, Bouvier (2013) salienta o caráter simbólico das hortas e criações de quintal, e defende que as mesmas sejam protegidas pela Primeira Emenda da Constituição, que garante a liberdade de expressão. A autora situa a atividade no âmbito do Food Movement, um movimento internacional de objeção ao sistema alimentar convencional, resgatando reflexões do ativista Wendell Berry, para quem a agricultura urbana forma um protesto completo contra esse sistema, ao constituir uma crítica e, simultaneamente, uma solução perante o mesmo. Para a autora, as resistências e críticas presentes na discussão sobre a legalização

da agricultura urbana podem estar associadas à sua face simbólica, ao ser tomada como uma "condenação à ordem hegemônica"⁴.

Tal discussão envolve alguns pontos críticos, como a delimitação da atividade no espaço urbano ou periurbano e o envolvimento de criações animais. Algo que remete, portanto, à própria definição de agricultura urbana, cuja conceituação encontrada na literatura varia, mas de modo geral engloba os cultivos vegetais e as criações animais tanto em áreas urbanas quanto periurbanas (Mougeot, 1999; Smit et al., 2001b). Isso se desdobra nas noções adotadas pelas instituições governamentais e não governamentais que vêm reconhecendo e incentivando essa prática. O conceito adotado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, n.d.), por exemplo, distingue explicitamente agricultura urbana e periurbana, sendo a primeira caracterizada pelo uso de pequenas áreas para cultivo e criações de animais "de produção", para consumo próprio ou venda na vizinhança.

Todavia, vê-se que muitos desses programas se direcionam às áreas periurbanas, com foco no combate à fome e geração de renda para a população da periferia, e excluem as criações animais. A própria FAO, por exemplo, tem voltado atenções para o termo Horticultura Urbana e Periurbana (FAO, 2012b). Em Curitiba, este perfil também é encontrado junto aos dois programas de incentivo à agricultura urbana mantidos pela Prefeitura Municipal: Nosso Quintal, referente ao cultivo de hortas em pequenos espaços, como quintais de residências e pátios de escolas, e Lavoura, destinado ao aproveitamento organizado de espaços públicos e privados e de propriedades remanescentes da agricultura familiar na cidade para o desenvolvimento de hortas comunitárias e lavouras (Prefeitura Municipal de Curitiba, n.d.).

O assunto ganha relevância à medida que o crescimento da agricultura urbana é considerado uma tendência mundial (Mougeot, 1999). No Brasil, um estudo divulgado em 2007 identificou mais de 600 iniciativas relacionadas à atividade em onze regiões metropolitanas de todo o país, sendo 16 delas na cidade de Curitiba (PR) e 19 em São Paulo (SP), maior metrópole brasileira (Santandreu & Lovo, 2007). Nesta última, também se destaca a presença de hortas comunitárias em diferentes bairros, como a da Praça do Ciclista, situada em uma das maiores vias da cidade, a Avenida Paulista.

Em meio à tal diversidade, vê-se que a construção da noção de agricultura urbana envolve o questionamento do que é o próprio meio urbano. No Brasil, cabe a cada município delimitar o que é considerado área urbana, desde que esta apresente pelo menos duas das benfeitorias previstas em lei, como sistema de esgoto sanitário e rede de

iluminação pública (Lei n. 5.172, 1966). Curitiba, por exemplo, tem a totalidade de sua área caracterizada como urbana, na qual a legislação estadual⁵ veta, desde 2000, a criação de animais, sendo ratificada pela legislação municipal⁶. Contudo, essa questão vem sendo objeto de contestação, como ocorre no processo de comunicação da experiência da *Quinta da Videira*.

Materialidades simbólicas: as práticas da Quinta da Videira

Desenvolvida entre 2009 e 2014, a Quinta da Videira foi uma iniciativa da Organização Social de Interesse Público (Oscip) Casa da Videira em Curitiba. Esta, por sua vez, foi fundada no ano de 2001, a partir do trabalho de um grupo cristão junto a moradores de uma ocupação irregular da cidade, incluindo ações de combate à fome. Posteriormente, o trabalho da organização também envolveu o cultivo colaborativo de hortas e a promoção do manejo doméstico de resíduos⁷. Trata-se, portanto, de um grupo que, desde sua origem, atua com a questão da alimentação, motivado e orientado pela referência da espiritualidade.

A criação da Quinta da Videira marca uma mudança de posicionamento da Casa da Videira, no momento em que esta busca se distanciar da identidade de instituição e se configurar como um coletivo informal de pessoas que vivem as iniciativas em seu cotidiano, com o horizonte da comunidade como forma de organização. Assim, a Quinta da Videira é fundada em torno da casa de uma das famílias-membro e desenvolvida em conjunto com outras duas famílias residentes na vizinhança, no bairro do Mossunguê, situado na região Noroeste da cidade.

Cabe notar que, na época, tal bairro estava sob pleno processo de urbanização, em contraponto à sua característica historicamente rural. Como aponta Polucha (2010), a partir da década de 1990, a região foi foco de uma intensa exploração imobiliária direcionada à população de alta renda – contexto no qual passou a ser chamada, extraoficialmente, de Ecoville. Com isso, o bairro antes ocupado por pequenas chácaras e grandes áreas verdes passou a contar com lojas, shoppings e prédios de luxo, apresentando em 2010 a terceira maior renda média da cidade (Ippuc, 2010).

É em uma dessas antigas propriedades que se estabelece a Quinta da Videira. O nome remete ao espaço do quintal, uma área de cerca de 350 m² onde se concentram as atividades, realizadas de forma colaborativa, com a ajuda de voluntários e bolsistas⁸. O arranjo foi organizado com base nas experiências anteriores da Casa da Videira, somadas ao aporte de reflexões sobre as obras de autores críticos do modo de vida e produção capitalista, como Ivan Illich e Ernst Schumacher, mas referenciou-se também em

iniciativas de agricultura urbana de outras partes do mundo, sobretudo o projeto norte-americano *The Urban Homestead*⁹.

Definida pelo próprio grupo como uma “casa de verdade” e como um centro de pesquisas independente, a *Quinta da Videira* engloba experimentos domésticos de agricultura, pecuária e manejo de resíduos. Nesse sentido, realiza projetos em parceria com instituições de ensino e pesquisa, como a Universidade Federal do Paraná e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), inclusive recebendo estudantes para a realização de visitas técnicas. Em 2013, representantes do grupo também foram convidados a integrar debates para a elaboração de um projeto de lei de apoio à agricultura urbana¹⁰ em Curitiba e de propostas para o manejo de resíduos urbanos¹¹. Cabe destacar ainda que a iniciativa teve repercussão na imprensa local e nacional, com pelo menos quinze reportagens realizadas até o período de coleta de dados.

A escolha da *Quinta da Videira* para o estudo de caso deu-se por uma série de motivos: por não se restringir à questão da horticultura, envolvendo a discussão em torno das criações animais; por ter visibilidade junto a uma ampla variedade de interlocutores; por se situar em um bairro que estava passando por uma transição rural-urbana; por se tratar, na época, do único grupo identificado na cidade com um trabalho permanente de agricultura urbana em que esta atividade foi tomada com uma intencionalidade comunicativa. A estes fatores, acrescenta-se ainda uma vivência prévia de colaboração e voluntariado junto ao grupo pesquisado, a qual suscitou várias das questões discutidas durante a realização da pesquisa.

O estudo, referente à dissertação de mestrado *Comunicação, Meio Ambiente e Alimentação: a construção de sentidos a partir de uma experiência de agricultura urbana em Curitiba* (PR) (Schneider, 2014), contou com três etapas empíricas, conduzidas entre novembro e dezembro de 2013. A primeira consistiu na identificação do conjunto característico de práticas da *Quinta da Videira* – as materialidades simbólicas do processo de comunicação estudado –, que se deu com base na vivência junto ao grupo e em pesquisas na internet, complementadas com informações obtidas na segunda etapa. Esta englobou a realização de entrevistas em profundidade com três informantes-chave da iniciativa: seus fundadores e principais responsáveis pelas atividades, doravante caracterizados como **integrantes**, caracterizando os primeiros interlocutores envolvidos no processo de comunicação. Com isso, buscou-se compreender os sentidos construídos por eles sobre suas práticas.

A partir dos dados obtidos nas duas primeiras etapas da pesquisa, foram identificados os demais tipos de interlocutores que interagem com a iniciativa, sendo três deles selecionados para a terceira etapa: **participantes de visitas técnicas, voluntários** (incluindo, para fins de simplificação, bolsistas que atuavam na equipe) e **vizinhos**. A escolha desses interlocutores foi pautada de modo a contemplar pessoas com diferentes níveis de conhecimento e proximidade com a experiência, em seu contexto presencial, uma vez que o estudo teve como foco o processo comunicacional in loco. A terceira etapa envolveu, então, a realização de entrevistas em profundidade com tais interlocutores, a fim de conhecer os sentidos construídos por eles sobre as práticas da *Quinta da Videira*, com um total de 24 entrevistados. De forma complementar, utilizou-se o método da observação direta para coleta de dados, tendo sido acompanhadas duas visitas técnicas na *Quinta da Videira*. Foram consideradas para análise as entrevistas de seis participantes de visitas técnicas, seis voluntários e nove vizinhos (referentes às seis residências mais próximas à *Quinta da Videira*), além das entrevistas dos três integrantes, com base no método da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011).

A pesquisa identificou, na primeira etapa empírica, quatro tipos de práticas articuladas na *Quinta da Videira*: i) práticas de produção vegetal, criação animal e manejo de resíduos; ii) práticas de comensalidade e cozinha artesanal; iii) práticas de troca e comercialização; e iv) práticas expositivas.

A produção vegetal abarca o cultivo de hortaliças, frutas, flores, temperos, chás e ervas medicinais com técnicas de base ecológica, valorizando espécies locais, tradicionais e não convencionais, bem como na manutenção de um banco de sementes. A criação de animais focaliza o resgate de raças tradicionais, inclusive em risco de extinção, no uso de alimentação natural, e a integração de seus “serviços” no sistema (destinação de restos de comida e aparas de jardinagem para sua alimentação e uso do esterco na adubação das plantas, por exemplo). Em relação ao manejo de resíduos, as práticas comportam, além das sobras produzidas na própria *Quinta da Videira*, a coleta dos resíduos descartados pelo comércio local – os quais são aproveitados na alimentação dos animais, no manejo dos viveiros e na produção de adubo, com a realização de diferentes tipos de compostagem, por meio de oito composteiras. Com isso, o arranjo é capaz de transformar, por ano, 40 toneladas de resíduos em três toneladas de alimentos, além de produzir cerca de 1.600 litros de leite de cabra, mil ovos de galinha e 240 quilos de carne de coelho.

Os experimentos realizados pelo grupo são marcados por três princípios: a preservação da biodiversidade, a integração planta-animal e o fechamento do ciclo de nutrientes na propriedade, com a mínima geração de resíduos. Em todos os casos, nota-

se ainda um esforço declarado em desenvolver técnicas e sistemas que permitam a disseminação de tais práticas. Isso engloba o teste de canteiros e viveiros animais adequados para pequenos espaços, com materiais e recipientes reutilizados; a busca de soluções naturais para minimizar o odor dos viveiros e a presença de vetores, como insetos; e o desenvolvimento de composteiras apropriadas tanto para casas quanto para apartamentos.

As práticas de comensalidade e cozinha artesanal dizem respeito à realização das refeições em conjunto pelo grupo, com o máximo de produtos elaborados em casa: além dos alimentos *in natura* do quintal, massas, molhos, laticínios, bebidas, compotas e geleias de fabricação própria. Associado a essas práticas está o valor atribuído à alimentação natural e local, bem como à tradição, presente no uso de receitas típicas, por exemplo. Mas, mais que isso, há uma valorização da relação entre as pessoas – a refeição é tida como um momento sagrado, precedido de oração – e do resgate de saberes relacionados à cozinha. Cabe destacar que todas as atividades envolvidas, do preparo da comida à lavagem da louça, são feitas de modo cooperativo. O mesmo vale para as eventuais confraternizações promovidas pelo grupo, em que cada pessoa ou família é convidada a contribuir com um prato.

Já as práticas de troca e comercialização englobam os circuitos utilizados pelo grupo para distribuir eventuais excedentes de produção e gerar renda para manutenção da iniciativa. Aqui se incluem a venda e a troca de produtos na própria *Quinta da Videira* e a participação em uma feira semanal, em cuja organização o grupo também colabora. Neste caso, nota-se que as práticas de troca procuram valorizar outros mediadores simbólicos que não o dinheiro, abrindo a possibilidade de troca direta de produtos ou serviços, por colaboração.

Por fim, as práticas expositivas resgatam o conceito de práticas discursivas (Reckwitz, 2002), referentes às ações que o grupo realiza para apresentar e divulgar as demais práticas, valendo-se de exposições orais e escritas, da fotografia, do vídeo e suas combinações. Essas práticas comportam a atuação do grupo na internet, por meio do site da Casa da Videira, do blog da *Quinta da Videira* e da rede social Facebook; a oferta de cursos, palestras, oficinas e aulas pelos integrantes; a publicação de artigos e a apresentação de trabalhos científicos do grupo no meio acadêmico; a realização de visitas técnicas na *Quinta da Videira* e quaisquer outras exposições verbais feitas sobre a mesma.

No que tange à internet, observa-se a intenção do grupo em compartilhar conteúdo relacionado à agricultura urbana, com a produção de manuais sobre os experimentos

testados, por exemplo. Todavía, seus canais institucionais são atualizados com frequência relativamente baixa e sem periodicidade definida. Na página da Casa da Videira no Facebook, por exemplo, havia apenas 11 publicações registradas entre janeiro e o início de dezembro de 2013. A maior parte dessa comunicação ocorria de maneira informal, a partir dos perfis pessoais dos integrantes e em meio aos grupos de discussão de que participavam, como o homônimo à iniciativa, “Quinta da Videira”, e o de nome “Agricultores Urbanos de Curitiba”, fundado por um dos membros do grupo. Ressalta-se, por outro lado, a atuação dos integrantes junto ao meio acadêmico, sendo eles mesmos estudantes, pesquisadores e professores, como se verá na sequência.

Quadro relacional dos interlocutores: os entrevistados e a experiência

Ao analisar o processo de comunicação dado a partir das práticas da Quinta da Videira, cabe situar quem são os interlocutores envolvidos e como eles se relacionam entre si e com a experiência (Tabela 1) – a começar pelos **integrantes**.

Tabela 1: Caracterização dos tipos de interlocutores da Quinta da Videira

Tipos de interlocutores	Caracterização
Integrantes	Fundadores e principais responsáveis pelas atividades da Quinta da Videira.
Participantes de visitas técnicas	Estudantes de graduação, participam de visita técnica à Quinta da Videira como atividade acadêmica.
Voluntários	Colaboram com as atividades na Quinta da Videira.
Vizinhos	Moradores das residências ao redor da Quinta da Videira.

Fonte: Elaboração própria.

Embora estes três entrevistados, com idade de 31, 36 e 53 anos, tivessem escolaridade em nível de pós-graduação¹², nenhum detinha formação específica na área de produção alimentar quando a iniciativa foi fundada. Por outro lado, constata-se que a preocupação e a afinidade com questões pertinentes fizeram parte de suas trajetórias pessoais, dentro e fora da Casa da Videira, culminando em sua reunião na *Quinta da Videira*. Na época da coleta de dados (2013), apenas um tinha emprego formal fora da

iniciativa, como professor universitário, enquanto outro estava realizando uma segunda graduação, em Zootecnia.

A *Quinta da Videira* foi desenvolvida a partir de um conceito-chave relacionado à espiritualidade, preferido pelos integrantes em relação àqueles de meio ambiente ou natureza: o de Criação, envolvendo tudo o que existe e pressupondo a ação de um Deus Criador. De acordo com seu entendimento, cabe ao ser humano observar e cuidar da Criação, tirando dela sua subsistência – daí a tomada de responsabilidade pela própria alimentação, com preocupações de ordem socioambiental.

Integrante 1: Quando a gente olha o conceito de Criação, não posso mais olhar a matéria orgânica como lixo. Ela é vida. Aquilo é um ativo vital, não um passivo ambiental. Então, como é que eu olho pro resíduo a partir da concepção de Criação? Eu tenho que fazer o possível para que esse material volte pro seu ciclo. Então fazer compostagem é importante. E como que ele vai voltar pro seu ciclo? Nutrindo o solo. Produzindo comida, produzindo vegetais.

Apesar da comunicação não ser apontada pelos integrantes como o objetivo primordial de suas práticas, ela aparece atrelada às mesmas na medida em que, a partir de outra noção espiritual – de Evangelho –, eles veem em sua atuação uma oportunidade de “levar uma boa notícia”. Assim, todas as suas ações são marcadas por um viés comunicativo, referente a mostrar que “outro mundo acontece”, remetendo ao slogan da Casa da Videira.

Isso dialoga com outra questão marcante na relação dos integrantes com a experiência: uma postura crítica em relação à sociedade de consumo. Ao afirmarem que este tipo de ordem “deu errado”, dadas as crises que desencadeou, eles concebem a Quinta da Videira como uma resposta em outra direção, baseada na mínima dependência do mercado e na máxima codependência entre as pessoas. Assim, a agricultura urbana – ou, mais especificamente, a agricultura domiciliar – emerge no discurso dos integrantes como uma possibilidade viável, e a comida como algo sagrado, como um símbolo que une as pessoas. Ao fazer esse tipo de agricultura, sua crítica se estende à separação campo-cidade que faz parte do sistema de produção convencional. Destaca-se, em relação a isso, a escolha de se estabelecer no bairro do Mossunguê: embora tenha havido, segundo eles, uma questão de oportunidade, ela envolveu também uma intenção de fazer frente ao processo de urbanização que se dava ali, remetendo ao enfrentamento da legislação em relação à criação de animais.

Integrante 1: Pode ter animal agrícola no meio urbano? Não. É proibido por lei municipal e estadual. Mas tem que ver o fundamento dessa lei. Os animais hoje chamados agrícolas sempre

estiveram nas cidades. Eles não são problema, são solução. O que a gente tá fazendo aqui é confrontar essa lei. As leis só mudam se forem confrontadas.

Adotando uma máxima franciscana de que “a melhor crítica do pior é a prática do melhor”, combinada à intenção de “mostrar que é possível” viver de um modo diferente, os integrantes entendem sua ação como um contraponto ao sistema hegemônico e, ao mesmo tempo, uma inspiração para outros modos de vida – não como um modelo a ser replicado, mas como um exemplo que pode incentivar a criação de outras iniciativas. Nisso, ganham especial importância as interações dadas no contexto local da *Quinta da Videira*. Toda a comunicação, mesmo na internet, concentra-se no que ocorre ali: os experimentos e seus resultados, os eventos realizados, os produtos oferecidos. Em suma, o grupo assume uma postura de falar mais sobre o que faz (e enquanto faz) do que sobre por que o faz, adotando uma orientação da prática para a teoria.

Entretanto, as questões conceituais e filosóficas envolvidas na iniciativa não estão ausentes das falas, como se pôde observar durante as duas visitas técnicas acompanhadas. Em cada uma delas, foi recebida na *Quinta da Videira* uma turma de estudantes de três cursos de graduação ligados, em maior ou menos grau, à temática da produção alimentar: Zootecnia, Medicina Veterinária e Ciências Biológicas. Com duração de uma manhã, a atividade tinha como objetivo apresentar o funcionamento da experiência ali desenvolvida. Os **participantes das visitas técnicas** eram jovens de 18 a 28 anos, alguns no início da graduação e outros em períodos mais avançados. Todos já tinham tido contato com agricultura urbana, em casa ou por meio de amigos ou familiares. Alguns também mantinham cultivos próprios em casa (um deles, combinado à criação de galinhas); nenhum, contudo, disse conhecer essa denominação ou conceito.

Em geral, as visitas foram para eles a única ou principal fonte de informações sobre a *Quinta da Videira*, com base naquilo que puderam observar, combinado às falas dos integrantes que conduziram a atividade¹³. Cabe destacar que estes, além de apresentar as técnicas desenvolvidas, fizeram reflexões e provocações filosóficas no decorrer da mesma. Ao final das visitas, os participantes entrevistados revelaram uma compreensão positiva da iniciativa, com destaque para o caráter relacional do arranjo e suas técnicas. Entre esses interlocutores, o principal significado atribuído à *Quinta da Videira* é o de um “exemplo prático” de um estilo de vida simples, colaborativo e em harmonia com o meio ambiente.

Por sua vez, os **voluntários** apresentam uma noção mais ampla da experiência. Mas, dada a postura de priorizar o fazer em vez de falar, é no dia a dia que cada um (re) constrói sua interpretação sobre a iniciativa. De fato, as duas principais fontes de

informação sobre a Quinta da Videira identificadas junto a eles são a vivência nas atividades, cuja intensidade varia¹⁴, e as conversas cotidianas com os integrantes, sendo as refeições apontadas como um importante momento de troca. Vale destacar que, mesmo entre esses interlocutores, o contato com as práticas expositivas do grupo é relativamente baixo, inclusive na internet: apenas um havia “curtido” a página da Casa da Videira no Facebook, por exemplo, e só um estava inscrito no grupo “Quinta da Videira”. Outros, porém, participavam de grupos relacionados, como “Agricultores Urbanos de Curitiba”, e todos contavam com os perfis pessoais dos integrantes entre seus contatos na rede social digital.

Com idades entre 19 e 55 anos, a maioria dos voluntários também tem escolaridade em nível de graduação e pós-graduação, em áreas afins às discussões levantadas pela *Quinta da Videira*¹⁵. Antes de ingressar na equipe, metade já havia atuado em hortas colaborativas no Brasil ou no exterior – uma delas desenvolvida, inclusive, como forma de chamar a atenção de outras pessoas para o assunto. Todos apresentam preocupações quanto à procedência da comida e outras questões ambientais, como a produção e o descarte do lixo, havendo também adeptos de práticas alimentares alternativas, como o vegetarianismo. Ademais, quase todos são praticantes de horticultura e compostagem em suas próprias casas – alguns já o faziam antes do trabalho na iniciativa, outros relatam que passaram a fazê-lo a partir disso.

Assim, dentre os voluntários observam-se interlocutores com perfis questionadores e engajados, que se aproximam, em alguns aspectos, aos dos integrantes da *Quinta da Videira*. Com efeito, seu ingresso na iniciativa diz respeito a incômodos relacionados ao sistema alimentar convencional e ao interesse em aprender sobre alternativas. Em dois casos, a aproximação com o grupo teve relação também com a questão espiritual. Assim, apesar de apresentarem alguns questionamentos ou dúvidas em relação à *Quinta da Videira*, os voluntários a valorizam como um espaço de pesquisa, aprendizado e desenvolvimento de possibilidades que vêm ao encontro de suas próprias inquietações. Com isso, a iniciativa parece assumir entre alguns destes interlocutores um caráter politizado.

De outro modo, junto aos **vizinhos** da *Quinta da Videira* esse quadro relacional se mostra mais complexo, envolvendo aproximações, distanciamentos e conflitos. Isso se revelou na amostra contemplada, composta principalmente por pessoas na faixa etária entre 40 e 60 anos, mas variando dos 16 aos 82. Esses entrevistados também têm, em sua maioria, escolaridade em nível de graduação e pós-graduação. Em meio às formações e ocupações profissionais mencionadas, contudo, não há nenhuma relacionada à área de

produção alimentar¹⁶. Todavia, as práticas de horticultura e compostagem domiciliar também são identificadas em meio a eles.

Entre as seis residências contempladas, quatro se situam nos condomínios que fazem divisa com a *Quinta da Videira* aos fundos, tendo os respectivos moradores se mudado para o local entre cinco e 14 anos antes – logo, todos já estavam ali quando a iniciativa foi fundada. Nas outras duas, antigas propriedades laterais à *Quinta da Videira*, residiam famílias ali estabelecidas por mais de 50 anos, que também acompanharam, portanto, a transição rural-urbana ocorrida no bairro. Cabe destacar que uma dessas famílias é a proprietária do terreno onde se estabelece a *Quinta da Videira* e divide com ela parte da própria área. Ademais, tais vizinhos também participam ocasionalmente da iniciativa e são, assim, os que mais detêm conhecimento a seu respeito, por conta da convivência e conversas que mantêm com os integrantes.

Nos demais casos, observou-se que os vizinhos têm poucas informações sobre a experiência. Em apenas duas residências é possível visualizar a área onde ocorre a maior parte das atividades; ainda assim, de um ângulo bastante limitado. Nisso também pesa o fato de a maioria permanecer em casa apenas à noite, por conta de suas ocupações profissionais. Além disso, observou-se um desinteresse por parte desses vizinhos em saber mais a respeito – alguns por não se incomodarem com as atividades realizadas, outros justamente por isso. Apenas uma pessoa disse ter lido sobre a *Quinta da Videira* na internet. As maiores fontes de informação que eles têm sobre a iniciativa são, então, aquilo que conseguem perceber a partir de suas próprias casas (visualizações, cheiros, sons), bem como as conversas dadas na vizinhança (“ouvi dizer que”, “falaram que”).

Vizinho 4: Eu acho bem legal. Aí reclamam muito por causa do cheiro, de vez em quando eu sinto o cheiro, agora até deu uma melhorada, mas de vez em quando eu sinto o cheiro, acho que da lavagem, não sei o que eles têm ali, eles criam animais ali, né? Mas pra mim é um cheiro bom, não tem... Parece que eu tô num sítio. Não me importo, sinceramente.

Vê-se que um dos principais fatores desencadeantes dos conflitos em torno da iniciativa foi o início das práticas de criação animal e compostagem envolvendo esterco. Estas são associadas por muitos vizinhos a uma série de incômodos no local, como odores desagradáveis e a presença de moscas – fatores estes que os integrantes da *Quinta da Videira* atribuem, por sua vez, a problemas da rede urbana de esgoto e à quantidade de fezes de cães no bairro, bem como à própria existência de áreas verdes, que favoreceriam a presença de insetos.

Em virtude desses conflitos, os eventuais diálogos que ocorriam entre vizinhos e integrantes foram se rompendo gradativamente. Por um lado, os vizinhos afirmam ter chamado os integrantes para que fossem conferir os incômodos presentes no entorno, sem sucesso. Por outro, os integrantes argumentam que nem sempre foram informados sobre os supostos problemas para que pudessem buscar uma solução, e que procuravam mostrar aos vizinhos as medidas tomadas, convidando-os para conhecer o espaço e as atividades, mas, da mesma forma, não obtinham êxito. Por sua vez, alguns vizinhos mencionam que, de fato, não quiseram ir até o local ou saber mais sobre as práticas, e que procuraram se afastar, a fim de evitar maiores constrangimentos. Assim, as queixas passaram a ser registradas diretamente junto ao poder público municipal; uma pessoa disse também ter enviado mensagens ao grupo via Facebook, endereçando reclamações. Com isso, as falas de tais entrevistados indicam confusão sobre o que, de fato, é feito no local e que animais estão envolvidos. Entretanto, todos sabiam que se trata de uma “ONG” ou “projeto” e que há parceria com a universidade, bem como eventual cobertura da imprensa.

Vê-se, portanto, a influência de três outros atores no processo comunicacional da *Quinta da Videira* – imprensa, universidade e poder público –, que se fez determinante na relação dos vizinhos com a experiência. Entre aqueles que são desfavoráveis a ela, constatou-se o entendimento de que é o grupo ou a universidade que chama a cobertura da mídia, com acusações de que as reportagens nunca deram voz aos vizinhos e só mostraram o “lado bom” da iniciativa. Uma pessoa disse que “não quis nem ver” as reportagens e outra, que teve seus comentários críticos excluídos no site de um jornal. Assim, a postura desses atores é interpretada como algum tipo de proteção institucional, que supostamente estaria livrando o grupo de cumprir a lei. A isso se somou o fato do poder público municipal ter dado razão às queixas registradas, mas demorado a intimar a retirada dos animais, enquanto outros moradores do bairro já haviam sido obrigados a encerrar suas criações – o que intensificou o conflito já existente¹⁷.

Já entre os vizinhos adeptos da iniciativa, a aproximação da imprensa, da universidade e do poder público são interpretados como evidência de legitimação e revalorização das atividades rurais que vinham sendo rechaçadas no bairro por conta da urbanização. Para esses interlocutores, a *Quinta da Videira* também ganha um sentido mais profundo, uma vez que atrai a atenção pública para saberes e práticas que faziam parte de suas próprias histórias pessoais, por vezes ridicularizadas como algo “cafona” ou “coisa de pobre”.

Comunicação na prática: sentidos construídos

Do processo comunicacional desencadeado a partir da *Quinta da Videira*, emergem cinco questões relevantes à interpretação dos sentidos atribuídos à agricultura urbana. A primeira diz respeito às finalidades da atividade, ao perfil do agricultor urbano e às subatividades e escalas de produção envolvidas. Nesse âmbito, vê-se que os integrantes da experiência procuram desconstruir os conceitos de agricultura e pecuária como atividades reservadas ao meio rural ou às grandes propriedades, com a finalidade da comercialização e de gerar lucro. Da mesma forma, busca-se negar a noção de agricultura urbana como algo reservado à população pobre e/ou às áreas periurbanas – perfis estes que, cabe lembrar, têm recebido o maior reconhecimento e incentivo institucional (FAO, 2012b).

Integrante 2: Enquanto a gente for lá fazer agricultura urbana embaixo da linha de luz, a gente vai reforçar a ideia de que isso é coisa de pobre. Quando a gente, classe média, educado, que mora bem, faz isso, eu passo a passar uma imagem de que isso é uma coisa bacana, isso é coisa de gente bacana. Eu acho que a gente cria uma outra possibilidade dentre as várias que as pessoas podem seguir.

A segunda questão é se a agricultura urbana pode ou mesmo deve incluir criações animais. Enquanto a cidade adota uma legislação proibitiva nesse sentido e os incentivos institucionais se direcionam à horticultura, a *Quinta da Videira* defende a integração animal-planta, argumentando que ela é essencial para a manutenção do ciclo dos nutrientes, e também para garantir a preservação de espécies/raças e melhores tratamentos aos animais, ao trazê-los para uma relação mais próxima com as pessoas. Nesse contexto, sublinha-se a postura de enfrentamento que o grupo assume perante a legislação, relacionada a um questionamento da separação campo-cidade (e, indo além, a um rompimento com a segregação humanos-animais).

A questão da integração animal-planta também diz respeito à tentativa dos integrantes de reproduzir ciclos da natureza no arranjo da *Quinta da Videira*. O que corresponde à terceira questão levantada, a qual diz respeito à agricultura urbana como forma de cuidado ambiental, que envolve um debate em torno da noção de sustentabilidade. Embora os integrantes afirmem evitar esse termo, que teria sido esvaziado no contexto atual, tornando-se algo da moda, usado a esmo, vê-se que ele perpassa as interpretações feitas pelos demais interlocutores acerca da *Quinta da Videira* em alguns casos, associado à capacidade de “fechar o ciclo dos nutrientes”, e em outros, relacionado à preocupação em não usar agrotóxicos e reciclar o lixo.

Já a quarta questão se refere à agricultura urbana como forma de crítica ao sistema alimentar hegemônico e à sociedade de consumo. Para os integrantes, o consumo não é uma etapa do sistema alimentar; trata-se de uma destruição (consumir é exaurir, gastar até o fim), que ocorre à medida que as pessoas deixam de ser produtoras e se tornam dependentes do mercado para satisfazer suas necessidades. Assim, os integrantes entendem a Quinta da Videira como um meio para deixar de ser consumidor, ao menos parcialmente, contrapondo consumo com produção. Cabe elucidar que a iniciativa se concentrou justamente na agricultura domiciliar, defendendo que as casas voltem a ser centros de produção e não de consumo.

Integrante 3: O consumo está ligado a um desaprendizado: se não tiver no mercado, você não come. Claro que a gente ainda é consumidor, é escravo. Vivemos numa sociedade de consumo. Mas conforme vamos aprendendo a fazer coisas, vamos nos libertando.

Com isso, os integrantes se apropriam da agricultura urbana como meio de construir um modo de vida alternativo, baseado no resgate do saber fazer e na cooperação entre as pessoas – e, como mencionado, compartilham suas experiências no intuito de inspirar outras pessoas em torno dessa possibilidade. Nisso reside a quinta questão levantada: a agricultura urbana é uma alternativa viável e interessante em relação ao sistema alimentar convencional?

O que se observa junto aos demais interlocutores é que as práticas da *Quinta da Videira* não são vistas necessariamente dessa forma. Ademais, isso está diretamente relacionado ao que cada um considera como problema nesse contexto, ou seja, a quem exatamente essa alternativa diz respeito. De modo geral, os entrevistados entendem a *Quinta da Videira* como uma crítica – contudo, as compreensões sobre o objeto dessa crítica diferem em, basicamente, quatro níveis de profundidade.

Em um primeiro nível, a iniciativa é vista como um contraponto às técnicas convencionais de produção alimentar: daí a intenção do grupo em desenvolver métodos de cultivo orgânico e de reciclagem de resíduos. Essa concepção está presente entre a maioria dos vizinhos entrevistados, por quem agricultura e pecuária são vistas como atividades próprias do meio rural, com finalidade de comercialização, sendo que, na cidade, são associadas à ideia de pobreza, de sujeira e de um passado rural superado pela modernidade urbana, principalmente em relação às práticas envolvendo animais.

Assim, com base nas informações que possuem (referentes sobretudo às práticas de produção vegetal, criação animal e manejo de resíduos), esses vizinhos entendem a *Quinta da Videira* como um projeto de pesquisa, cujos experimentos são relevantes –

porém, eles inferem que os mesmos seriam destinados ao meio rural. Há, de modo geral, uma compreensão de que o sistema alimentar convencional gera consequências negativas, principalmente quanto ao uso de agrotóxicos. Contudo, essas consequências são percebidas quase exclusivamente do ponto de vista da saúde (de quem come) – nem todos os entrevistados as associam à degradação ambiental ou à saúde dos produtores.

Assim, tais vizinhos dizem não compreender por que a experiência é alocada na cidade, a não ser sob um suposto interesse em chamar a atenção para o projeto ou em mantê-lo próximo da universidade. Com isso, o arranjo é visto como algo descabido no local, uma vez que existem áreas rurais disponíveis – diferente da realidade de outros países, em que a falta dessas áreas justificaria os cultivos urbanos. Para esses interlocutores, o projeto não faz sentido no meio urbano, uma vez que “é só para mostrar”, “não vai dar dinheiro” e “não traz benefícios para a sustentabilidade da cidade”.

Vizinho 8: A gente depende do meio ambiente pra nossa alimentação, né? Da terra, do solo, da água, da chuva. Com certeza. (...). Talvez eles abordem isso aí, que é um desenvolvimento mantendo toda essa coisa né, a sustentabilidade. E eu vejo que nós temos que estar conscientes, todos nós temos que fazer nosso papel, mas eu não vejo necessidade, o porquê disso aí deles, não vai ajudar tanto nessa tal de sustentabilidade. Aqui dentro da cidade não. Nessa questão do adubo, porque nós falamos do lixo, isso faz parte. É uma das regras da sustentabilidade. Então vamos lá, vamos aproveitar nossas cascas e tal. Mas não como eles estão fazendo.

Pelo contrário, para esses vizinhos, a experiência é associada a uma série de problemas, como barulhos, mau cheiro, proliferação de insetos e falta de espaço para os animais. Mas esses questionamentos dizem respeito fundamentalmente às práticas de criação animal e de produção de adubo envolvendo esterco. As de produção vegetal e compostagem sem esterco são valorizadas – os próprios entrevistados são ou já tinham sido praticantes de horticultura em suas residências. Contudo, para eles, cultivar em casa não é visto como uma possibilidade de suprir a própria alimentação; trata-se muito mais de um hobby, costume ou forma de obter alguns itens livres de agrotóxicos, complementar à aquisição de alimentos, sendo que quase todos dizem dar preferência a produtos orgânicos.

Aqui, portanto, não se vê sentido em deixar de consumir; o consumo, entendido como compra ou uso de produtos, é visto como uma etapa do sistema alimentar. O que caberia ao cidadão urbano é consumir de forma responsável, comprando produtos de um sistema de produção adequado, e descartar corretamente os resíduos. Cabe salientar que um dos vizinhos identifica um “discurso anticonsumista” entre os integrantes da Quinta da Videira, mas este também é deslegitimado, uma vez que o arranjo não é capaz de suprir

todas as suas necessidades e pelo fato de nem todos os membros residirem ali, adotando o estilo de vida proposto de forma integral.

Vizinho 9: Ele acha lindo ser alternativo, porém é muito simples ser alternativo de butique. Isso é ser alternativo de butique: você continua morando super bem, daí aluga uma casa de madeira em frente ao seu condomínio e bota as cabras pra morar? Ele mora no condomínio enorme do lado lá, então é idealista de butique. É o famoso punk de butique. Vai contra o sistema, mas tá bem inserido nele.

No caso dos interlocutores desfavoráveis à *Quinta da Videira*, portanto, o contato com a experiência não leva a um rompimento com sentidos estabelecidos no sistema alimentar convencional, como as separações campo-cidade e produção-consumo. O “idealismo” em “mostrar que é possível” é reconhecido como motivação da iniciativa, mas os entrevistados se valem dela mesma para argumentar o arranjo proposto não é possível – ou, no mínimo, não o é em tais moldes, carecendo de normatização –, e tampouco constitui uma alternativa necessária no meio urbano.

Vizinho 6: Minha opinião é a seguinte: você tem que fazer isso e até na cidade, mas talvez não nesse nível. Você pode fazer, você deve fazer, tem que cuidar do meio ambiente, mas tá faltando alguém botar regras. Dependendo de como centralizar isso, não vai vir cheiro pra ninguém, não vai vir mosca pra ninguém.

Em um segundo nível, entende-se que a *Quinta da Videira* constitui uma crítica não apenas às técnicas, mas às escalas de produção. Os entrevistados evidenciam que a busca pelo lucro é algo que motiva consequências negativas do sistema alimentar convencional, e veem a iniciativa como uma contraposição a isso, com produção voltada à satisfação das próprias necessidades. As práticas de troca e comercialização, por sua vez, são tidas como algo complementar, para dar destinação aos excedentes e gerar renda, mas não como um objetivo primordial.

Assim, o arranjo de agricultura urbana da *Quinta da Videira* é associado à intenção de “viver com menos” e ao resgate de um estilo de vida “antigo” ou tradicional, como o que havia no próprio bairro do Mossunguê, onde as práticas de agricultura e pecuária domiciliares eram usuais. O que contribui para o entendimento de que o arranjo é possível, já que as pessoas de fato viviam dessa forma até certo tempo atrás, ainda que sem alguns confortos e comodidades. Tal compreensão aparece junto aos vizinhos que são favoráveis à iniciativa e aos participantes de visitas técnicas, prevalecendo igualmente entre alguns voluntários.

Para esses interlocutores, além de possível, o arranjo é visto como uma alternativa interessante no contexto atual, associado a um estilo de vida que permite estar mais tempo em casa, perto da família e dos amigos, ter acesso a uma alimentação de qualidade e trabalhar de forma colaborativa, em contato com a natureza. Nesse sentido, o cuidado ambiental é visto como uma consequência da forma como a agricultura urbana é apropriada pelos integrantes da *Quinta da Videira*. As pesquisas realizadas, por sua vez, são interpretadas como algo direcionado a melhorar o próprio arranjo – o que é visto de forma bastante positiva, mostrando inclusive novas possibilidades em relação à forma como a agricultura urbana era praticada antigamente, com o uso de insumos químicos, por exemplo. Para os vizinhos que dividem o terreno com a *Quinta da Videira* e que haviam vivido, eles mesmos, tal realidade, o trabalho do grupo representa uma revalorização dessa atividade, e ao mesmo tempo, um aprendizado mútuo.

Vizinho 3: Com certeza, a gente aprendeu com eles, eles também aprendem com a gente, é uma troca. Meu pai colocava NPK, falava, “ô, que planta bonita”. Só que não tinha noção né? Hoje a planta fica bonita sem adubo químico nenhum, só adubo nosso, orgânico né.

Associada a essa compreensão está a de que a iniciativa teria um caráter “educativo” intrínseco.

Participante de visita técnica 3: Eu acho que eles responsabilizam a população no cuidado com o meio ambiente, mas isso tá implícito, eles não precisam falar e você já saca. Quando eles separam o lixo e usam como adubo, é um exemplo. Se eles não fizessem isso, teriam que comprar, não é natural e prejudica o meio ambiente. Eu acho que toca as pessoas. Não todas, mas as pessoas se sentem... Peraí. Se já estava pensando, a partir daquilo intensifica uma ideia. O fato deles morarem lá é importante, para você provar pras pessoas que elas podem ter aquela vida.

Entre os voluntários, o arranjo de agricultura urbana da Quinta da Videira é compreendido também por um viés político. Em um terceiro nível de profundidade, a iniciativa é tida como uma crítica no sentido de boicote à indústria: entende-se que os integrantes buscam produzir a própria alimentação como forma de não financiar empresas que degradam, e de se tornarem independentes, ao menos em parte, do sistema alimentar convencional.

Voluntário 6: Se eles têm o leite lá eles não precisam comprar. Legal, porque você não tá dando dinheiro pra indústria, você mesmo que tá fazendo, então você trata bem os animais, e na produção intensiva não. Se eu mesma plantar eu não tô contribuindo com o agronegócio, eu não tô consumindo coisa com agrotóxico, daí seria por saúde, mas

no caso dos animais, eu tô vivendo harmoniosamente com os animais e não comprando de uma empresa que explora.

Já em um quarto nível, essa crítica é compreendida de forma mais ampla: o trabalho do grupo, com o resgate do saber fazer, seria uma forma de emancipação do modo de produção capitalista como um todo, uma contraposição ao sistema em sua essência, e não apenas a parte(s) dele. O arranjo é visto como uma alternativa possível e interessante – mas, mais que isso, necessária. Alguns interlocutores, inclusive, definem a agricultura urbana como uma forma de militância, sendo as práticas adotadas pelo grupo relacionadas a mensagens políticas

Voluntário 1: Com certeza na Quinta da Videira tem muita mensagem política que você poderia tirar, mas eles não ficam falando assim, “ah, revolução, nós somos alternativos”, ou “nós somos subversivos”. Até eu não percebi isso antes, porque era bem tranquilo, é você ir fazendo as coisas (...). Eles são cristãos, mas eles não ficam falando disso, o que eles acreditam, nem procurando que você acredite, mas as ações deles falam muito, pelo menos pra mim, olhando como eles se relacionam entre eles, ou como recebem outras pessoas. Eles não ficam falando, “ah, viu isso?” Mas você percebe. Uma coisa que eu acho que é bem profunda e bem básica do que eles fazem é que eles tão fazendo acontecer um outro mundo com outros valores, eu acho. Isso mesmo de não ficar falando o tempo inteiro, de fazer.

Nesses casos, compartilha-se da visão dos integrantes de que o sistema hegemônico é nocivo por essência e requer mudanças profundas. Essa é, inclusive, uma das razões que motiva o próprio ingresso de alguns voluntários na iniciativa. Entre eles, observa-se o entendimento de que todas as práticas da *Quinta da Videira* têm um caráter comunicativo, marcado pela intenção de mostrar outras possibilidades de organização humana no mundo. No caso das práticas de troca e comercialização, por exemplo, alguns voluntários identificam que o valor atribuído aos produtos é muitas vezes simbólico – as coisas custam “um real ou qualquer coisa” –, pois o objetivo não é ganhar dinheiro, mas “fazer com que esse outro mundo possível aconteça”.

Em suma, entre todos os entrevistados que se mostram favoráveis à *Quinta da Videira*, que participam das conversas com os integrantes e que visitam o local, percebe-se que a iniciativa constitui uma referência para o conceito de agricultura urbana, desconhecido pela maioria, e também um exemplo de que esse tipo de agricultura pode ou mesmo deve incluir práticas com animais. O arranjo é tomado como prova de que isso possível, trazendo consigo a possibilidade de preservar espécies/raças e dar um tratamento benéfico aos animais, em uma troca de serviços entre eles e as pessoas.

Participante de visita técnica 5: Todo mundo fala, ai, bicho dá incômodo. Pra eles, bicho dá solução. Em forma de carne, de leite, de cortador de grama, de companhia,

de componente pra adubo. Daí eles conseguem manter uma relação entre os animais e o que eles produzem sem gerar nenhum incômodo. Nem entre eles, nem entre os animais.

Vizinho 3: Essa convivência, é quase uma amizade. Você não cria como um animal doméstico, mas vê o bicho crescer, vê tudo o que ele dá pra você, e quando vai pro abate, aí tem aquele agradecimento, pelo que já deu e ainda vai dar. Isso daí é muito bacana. Antigamente eu não pensava assim.

Embora não se rompa completamente com a ideia de que agricultura e pecuária são atividades de grande escala, destinadas à comercialização, parece haver entre os interlocutores favoráveis à *Quinta da Videira* a construção de um sentido diferente para a agricultura urbana, associado ao cuidado ambiental e a um modo de vida com pequenas escalas de produção e consumo. Nesse âmbito, agricultura e pecuária são vistas como atividades potencialmente sustentáveis, se feitas de acordo com o preceito de “fechar o ciclo dos nutrientes” no próprio arranjo. E se esse arranjo se mantiver pequeno: os entrevistados compreendem que a pequena escala é o que permite que a produção gere menos impacto e mais cuidado se comparada à do sistema alimentar convencional. Da mesma forma, não se identifica um total rompimento com a noção de consumo como algo natural, uma etapa do sistema alimentar; para muitos, os integrantes da *Quinta da Videira* são caracterizados como consumidores, porém consumidores “mais responsáveis”. De todo modo, emergem questionamentos e reflexões sobre o assunto, resultando inclusive em um olhar mais crítico em torno do conceito: ser consumidor também é visto como utilizar um produto ou um recurso além dos limites, ou aquilo que se faz quando não se produz algo e precisa-se comprá-lo.

Conclusões

O estudo demonstrou que, no processo de comunicação da *Quinta da Videira*, suas diversas práticas são interpretadas de formas variadas, até mesmo antagônicas, pelos diferentes interlocutores, influenciadas pela forma como cada um entende suas próprias práticas cotidianas de produção e consumo. Dá-se em torno delas uma verdadeira disputa de sentidos: com efeito, as mesmas práticas que, para alguns, sugerem que o arranjo da *Quinta da Videira* não é possível, para outros, provam que ele não apenas é possível, mas necessário. Os cheiros e barulhos que incomodam alguns são vistos como benéficos por outros; a eventual presença de moscas, inaceitável para alguns e atribuída diretamente à iniciativa, é tolerada por outros, que também a relacionam a outros fatores do bairro. O fato de parte dos integrantes da experiência efetivamente morarem na *Quinta da Videira*, para alguns, é o que dá legitimidade à sua comunicação; para outros, é o fato de nem todos os integrantes morarem ali é que a deslegitima. A mesma agricultura que para alguns é um valioso resgate histórico, para outros, é a insistente lembrança de um passado

que deveria ser deixado para trás. Em suma, o contato com a experiência leva alguns entrevistados a questionar a racionalidade econômica do mundo, mas é nessa mesma racionalidade que ela encontra resistências e conflitos. Vale registrar que o encerramento da iniciativa, no início de 2014, ocorreu, em parte, por conta das pressões em relação à presença dos animais. Com isso, o grupo iniciou uma transição para a área rural de um município próximo a Curitiba, dando continuidade a seu trabalho relacionado à agricultura domiciliar.

De todo modo, o processo de comunicação da *Quinta da Videira* se mostra transformador. Observa-se que a iniciativa provoca uma série de reflexões, tensionando sentidos estabelecidos. Em alguns casos, esse tensionamento gera um choque – os interlocutores não rompem com tais sentidos, mas entram na discussão, buscando munir-se de informações e argumentos para se posicionar em relação à experiência. Em outros casos, ele gera confluência, ou seja, contribui para um rompimento, mudanças de perspectiva ou ao menos um questionamento desses sentidos. Nesse processo, as práticas comunicativas da *Quinta da Videira* chamam a atenção para vários problemas envolvidos no sistema alimentar convencional, como o dos agrotóxicos, do lixo, do desperdício e da relação humano-animal.

Cabe salientar, contudo, que mesmo entre os interlocutores favoráveis à iniciativa, o arranjo desenvolvido é visto como uma radicalização. Os entrevistados relativizam a possibilidade de mais pessoas efetivamente adotarem esse estilo de vida, acreditando que poucas estariam dispostas a fazê-lo, refletem sobre a viabilidade de replicar o sistema desenvolvido e questionam as proporções tomadas pela iniciativa. Por outro lado, emergem reflexões sobre possibilidades de adaptações do arranjo e adoção parcial das práticas – o que, de fato, acontece entre os próprios entrevistados. Voluntários, participantes de visitas técnicas e vizinhos relatam mudanças de hábitos associadas ao contato com a *Quinta da Videira*, como a adoção da prática de compostagem doméstica e da reciclagem, o uso de técnicas naturais de adubação e de controle de odores em viveiros animais e a preocupação com a procedência da comida.

Finalmente, o estudo ressalta as possibilidades de análise oferecidas pela abordagem relacional e praxiológica da comunicação, que se mostra profícua para pesquisas nas interfaces entre comunicação, alimentação e meio ambiente, terrenos estes de constante produção de sentidos em meio às diversas práticas do dia a dia. Afinal, a agricultura urbana é apenas um exemplo de possíveis apropriações de práticas relacionadas a manifestações simbólicas e/ou mudanças culturais. Sugerem-se, assim, investigações acerca dos processos comunicacionais desencadeados junto a outras

práticas adotadas na sociedade contemporânea que tensionam ordens estabelecidas, a fim de verificar, por exemplo, em que aspectos elas se aproximam ou se distanciam, e quais são suas possíveis contribuições e fragilidades no desenvolvimento de relações socioambientais mais harmônicas.

Referências

- Amon, D.; & Menasche, R. (2008). Comida como narrativa da memória social. *Sociedade e Cultura*, 11(1), pp. 13-21. doi: 10.5216/sec.v11i1.4467
- Aquino, A. M. De; & Assis, R. L. de. (2007). Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. *Ambiente & Sociedade*, 10 (1), pp. 137-150. doi:10.1590/S1414-753X2007000100009
- Barbosa, L. (2010). *Sociedade de consumo*. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70.
- Blumer, H. (1969). *Symbolic interactionism: perspective and method*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Bouvier, J. M. (2013). The Symbolic Garden: an intersection of the Food Movement and the First Amendment. *Maine Law Review*, 65(2), pp. 425-457. Recuperado de <http://www.minelawreview.org/wp-content/uploads/2013/06/5-Bouvier.pdf>
- Braga, J. L. (2011). Constituição do Campo da Comunicação. Verso e Reverso, XXV(58), p. 62-77. doi: 10.4013/ver.2011.25.58.07
- Carneiro, H. (2005). Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. *História: Questões & Debates*, 42, pp. 71-80. doi: 10.5380/his.v42i0.4640
- Comassetto, B. H. et al. (2011). Nostalgia, anticonsumo simbólico e bem-estar: a agricultura urbana e o resgate da tradição. In: *Anais do XXXV Encontro da Anpad*. Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de: <http://www.ufrgs.br/sga/Agricultura%20Urbana%20%20Anais%20EnANPAD%202011.pdf>
- Coutinho, M. N.; & Costa, H. S. de M. (2011). Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. *Geografias*, 2(7), pp. 81-97. Recuperado de: <http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/view/146>

- Deelstra, T.; & Girardet, H. (2000). Urban agriculture and sustainable cities. In: N. Bakker, M. Dubbeling, S. Gündel, U. Sabel-Koschella & H. de Zeeuw (Ed.). Growing cities, growing food, urban agriculture on the policy agenda (pp. 43-65) Feldafing, Germany: DSE.
- Delgado, N. G. (2010). O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: N. G. Delgado (Coord.). Brasil rural em debate (pp. 319-360). Brasília, DF: MDA/CONDRAF.
- Drescher, A. W.; Jacobi, P.; & Amend, J. (2000). Urban Agriculture, a response to crisis?. Urban Agriculture Magazine, (1). Recuperado de <http://www.ruaf.org/urban-agriculture-response-crisis>
- Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) (2011). Global food losses and food waste: extent, causes and prevention. Rome, Italy: FAO. Recuperado de <http://www.fao.org/docrep/014/mb060e/mb060e.pdf>
- Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) (2012a). The state of food insecurity in the world: economic growth is necessary but not sufficient to accelerate reduction of hunger and malnutrition. Rome, Italy: FAO. Recuperado de <http://www.fao.org/docrep/016/i3027e/i3027e00.htm>
- Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) (2012b). Criar cidades mais verdes. Roma, Itália: FAO. Recuperado de: <http://www.fao.org/docrep/015/i1610p/i1610p00.pdf>
- Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) (n.d.). Urban and peri-urban agriculture. Recuperado de: <http://www.fao.org/unfao/bodies/COAG/COAG15/X0076e.htm>
- França, V. V. (2001). Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê?. Ciberlegenda, (5). Recuperado de <http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/view/314/195>
- França, V. V. (2003). L. Queré: dos modelos da comunicação. Fronteiras, V(2), pp. 37-51.
- Goodman, D. (2003). The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. Journal of Rural Studies, 19, pp. 1-7. doi: 10.1016/S0743-0167(02)00043-8

- Goodman, D.; Sorj, B.; & Wilkinson, J. (1990). Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro, RJ: Campus.
- Haguette, T. M. F. (2005). Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc) (2010). Valor do rendimento nominal médio e mediano mensal dos domicílios particulares permanentes, total e com rendimento domiciliar, segundo os bairros de Curitiba – 2010. In: IPPUC/Banco de Dados, Curitiba, PR. Recuperado de <http://curitibaemdados.ippuc.org.br>
- Kurzman, C. (2008). Meaning making in social movements. *Anthropological Quarterly*, 81(1), pp. 5-15. doi: 10.1353/anq.2008.0003
- Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34.
- Latour, B. (2004). *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru, SP: Edusc.
- Leff, E. (2002). *Epistemologia ambiental*. 2 ed. São Paulo, SP: Cortez.
- Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (1966). Dispõe sobre o Código Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172.htm
- Lei nº 13.914, de 23 de dezembro de 2011. (2011). *Disciplina o comércio de animais de estimação no município de Curitiba e dá outras providências*. Curitiba, PR. Recuperado de <http://multimedia.curitiba.pr.gov.br/2012/00122629.pdf>
- Mafra, R. L. M. (2010). Mobilização social e comunicação: por uma perspectiva relacional. *Mediação*, 11(10), pp. 107-118. Recuperado de <http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/310>
- Maines, D. R. (2000). Charting futures for sociology: culture and meaning – the social constructing of meaning. *Contemporary Sociology*, 29(4), pp. 577-584. doi:10.2307/2654557

- Martino, L. C. (2001). De qual comunicação estamos falando?. In: A. Hohlfeldt, L. C. Martino & V. V. França (Org.). Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências (pp. 11-26). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mazoyer, M.; & Roudart, L. (2010). História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília, DF: NEAD.
- Mead, G. H. (1967). Mind, self, and society: from the standpoint of a social behaviorist. London, England: University of Chicago Press.
- Morgan, K.; Marsden, T.; & Murdoch, J. (2006). Worlds of food: place, power and provenance in the food chain. New York, NY: Oxford University Press.
- Morin, E. (1991). Introdução ao pensamento complexo. Lisboa: Instituto Piaget.
- Mougeot, L. (1999). Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks, and policy challenges. Trabalho apresentado no International Workshop Growing Cities, Growing Food. Havana, Cuba. Recuperado de <http://idl-bnc.idrc.ca/dspace/bitstream/10625/26429/12/117785.pdf>
- Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) (2002). Código de Saúde do Paraná. Curitiba, PR: Sesa. Recuperado de http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Codigo_Saude.pdf
- Peruzzolo, A. C. (2006). A comunicação como encontro. Bauru, SP: Edusc.
- Pollan, M. (2007). O Dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca.
- Pollan, M. (2008). Em defesa da comida: um manifesto. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca.
- Polucha, R. S. (2010). Ecoville: construindo uma cidade para poucos (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo: São Paulo, SP.
- Portilho, F. (2009). Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. Política & Sociedade, 8(15), pp. 199-224. doi: 10.5007/2175-7984.2009v8n15p199.
- Poulain, J. P. (2004). Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis, SC: Ed. UFS.

- Pouw, M.; & Wilbers, J. (2005). Urban Agriculture in the Netherlands: multifunctionality as an organisational strategy. *Urban Agriculture Magazine*, (15), pp.32-33. Recuperado de <http://www.ruaf.org/urban-agriculture-netherlands-multifunctionality-organisational-strategy>.
- Prefeitura Municipal de Curitiba (n.d.). Agricultura Urbana. Recuperado de <http://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/cidadao/agricultura-urbana/206>.
- Queré, L. (1991). D'un modèle épistémologique de la communication à un modèle praxéologique. *Réseaux*, 9(46), pp 69-90.
- Reckwitz, A. (2002). Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. *European Journal of Social Theory*, 5(2), pp. 243-263. doi: 10.1177/13684310222225432.
- Renting, H.; Marsden, T.; & Banks, J. (2003). Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning*, 35, pp. 393-411. doi: 10.1068/a3510.
- Santandreu, A.; & Lovo, I. C. (2007). Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte, MG: MDS.
- Santos, B. de S. (2003). Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Schneider, T. C. (2014). Comunicação, meio ambiente e alimentação: a construção de sentidos a partir de uma experiência de agricultura urbana em Curitiba (PR) (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Paraná: Curitiba, PR.
- Slow Food Brasil (n.d.). Movimento Slow Food. Recuperado de <http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/o-movimento>.
- Smit, J.; & Nasr, J. (1992). Urban agriculture for sustainable cities: using wastes and idle land and water bodies as resources. *Environment and Urbanization*, 2(4), pp. 141-151. doi: 10.1177/095624789200400214.
- Smit, J.; Nasr, J.; & Ratta, A. (2001a). Urban agriculture yesterday and today. In: J. Smit, J. Nasr & A. Ratta. *Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities* (pp. 1-31). New York, NY: UNDP. Recuperado de <http://jacsmiit.com/book/Chap02.pdf>.

- Smit, J.; Nasr, J.; & Ratta, A. (2001b). Cities that feed themselves. In: J. Smit, J. Nasr & A. Ratta. Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities (pp. 1-29). New York, NY: UNDP. Recuperado de <http://jacsmiit.com/book/Chap01.pdf>.
- Tardido, A. P.; & Falcão, M. C. (2006). O impacto da modernização na transição nutricional e obesidade. *Revista Brasileira de Nutrição Clínica*, 21(2), pp. 117-124.
- The Urban Homestead (n.d.). About & who we are. Recuperado de <http://urbanhomestead.org/about>.
- Veiga, J. E. da. (2008). A agricultura no mundo moderno: diagnósticos e perspectivas. In: A. Trigueiro (Org.). *Meio ambiente no século 21* (pp. 199-213). Campinas, SP: Armazém do Ipê.
- Villagelim, A. S. B. et al. (2012). A vida não pode ser feita só de sonhos: reflexões sobre publicidade e alimentação saudável. *Ciência e Saúde Coletiva*, 17(3), pp. 681-686. doi: 10.1590/S1413-81232012000300014 Palabras clave: Palabra; Palabra; Palabra.

Notas

¹ Uma 'prática' (Praktik) é um tipo rotinizado de comportamento que consiste em vários elementos, interligados uns aos outros: formas de atividades corporais, formas de atividades mentais, 'coisas' e seus usos, um conhecimento de fundo na forma de entendimento, habilidades, estados emocionais e conhecimentos motivacionais. (Tradução livre).

² Associação internacional sem fins lucrativos fundada na Itália em 1989, que "(...) opõe-se à tendência de padronização do alimento no mundo, e defende a necessidade de que os consumidores estejam bem informados, se tornando co-produtores (sic)." (Slow Food Brasil, n.d.).

³ Cabe ressaltar que esses sistemas alimentares não são "puros" - o que em alguns momentos é o alternativo pode já ter sido o hegemônico e vice-versa; há diversas e complexas apropriações, inclusive opostas, dos elementos situados em cada um. É o que ocorre, justamente, com a agricultura urbana.

⁴ Para Coutinho e Costa (2011), a agricultura urbana contribui para a autonomia dos sujeitos, ao democratizar o acesso à comida e a plantas usadas como remédios, por exemplo. Além disso, ela é "(...) uma provocação ao pensamento que considera impossível a emergência de um novo ambiente urbano em que o habitat humano e os processos naturais coexistam." (Coutinho & Costa, 2011, p. 86).

⁵ Conforme o artigo 344 do Decreto nº 5.711/2002, que regulamenta o Código de Saúde do Paraná (Lei Estadual no 13.331/2001): "os locais de criação de animais, só serão permitidos na zona rural onde deverão ser implementadas e mantidas as normas constantes deste regulamento e legislação específica, bem como adotar medidas que impeçam a proliferação de vetores e animais reservatórios de doenças infecciosas." (Sesa, 2002, p. 143).

⁶ Conforme o artigo 1 da Lei Municipal nº 13.914 (2011): “Considerando o contido na Lei Estadual no 13.331, de 23 de novembro de 2001 - Código de Saúde do Estado do Paraná e no art. 344 do Decreto Estadual no 5.711, de 23 de maio de 2002, a criação comercial de animais é proibida no Município de Curitiba, uma vez que este não possui área rural”.

⁷ Entre estes destacam-se a Lixeira Viva, um sistema de compostagem do tipo minhocário disseminado pelo grupo, e o Movimento do Meu Lixo Cuido Eu, voltado a promover o manejo doméstico de resíduos, a reutilização e a reciclagem.

⁸ Esclarece-se que a *Quinta da Videira* contava com um programa próprio de bolsas, oferecidas por meio de doações feitas por apoiadores. Paralelamente, também atuavam junto à iniciativa bolsistas e intercambistas de outras instituições parceiras. Durante a realização da pesquisa, esse era o caso de uma intercambista vinculada ao L’Institut d’études politiques de Paris (Sciences Po) (França), de uma estudante da Universidade Federal do Paraná e de uma bolsista da própria *Quinta da Videira*. Havia, também, voluntários estrangeiros que não eram vinculados a programas formais de intercâmbio.

⁹ Arranjo de agricultura urbana desenvolvido por uma família na cidade de Pasadena, Califórnia, em uma propriedade residencial de 800 metros quadrados, incluindo o cultivo de centenas de variedades vegetais, a criação de galinhas e abelhas e a prática de compostagem, entre outros (The Urban Homestead, n.d.).

¹⁰ Trata-se do projeto de lei ordinária que instituiria a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana, registrado junto à Câmara Municipal de Curitiba pela vereadora Carla Pimentel. Até a conclusão do trabalho, o processo permanecia em tramitação.

¹¹ Refere-se à participação em reuniões promovidas pelo Consórcio Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos de Curitiba e Região Metropolitana, presidido pelo prefeito de Curitiba, em que diversos grupos e empresas foram convidados a apresentar propostas de projetos e estratégias de manejo de resíduos passíveis de implantação nos municípios envolvidos.

¹² Os informantes-chave da experiência possuíam graduação em Odontologia, Administração e Pedagogia, e pós-graduação em Educação (mestrado completo), Administração (doutorado completo) e Meio Ambiente e Desenvolvimento (mestrado em curso).

¹³ Apenas uma das entrevistadas afirmou ter visitado o site da Casa da Videira, além de ter ouvido falar a respeito por meio de um amigo. Outra relatou que já tinha presenciado uma palestra ministrada por um dos integrantes, enquanto uma terceira havia participado de outra visita técnica no local, dois anos antes, e disse eventualmente acompanhar as publicações de um dos integrantes no Facebook.

¹⁴ Os horários e a frequência de participação vão da colaboração esporádica, sem periodicidade definida, à inserção integral, como ocorre com os intercambistas, que moram na própria Quinta da Videira ou em uma casa próxima, também do grupo. Os demais residem em outros bairros, distantes de sete a 15 quilômetros do local. O tempo de atuação na iniciativa também varia, de dois anos e meio a uma semana. Quanto às ocupações, apenas um voluntário tinha emprego formal fixo na época, como bancário, mas estava em período de licença; três eram estudantes (de graduação ou mestrado), um trabalhava como professor particular e um havia acabado de concluir o Ensino Médio.

¹⁵ As áreas de formação se concentram em torno das Ciências Agrárias (Zootecnia, Medicina Veterinária), mas também têm relação com temáticas sociais (Filosofia, Psicologia, Ciência Política) e do meio ambiente (Física, Gestão Ambiental).

¹⁶ Foram citadas as profissões de assistente social, corretor de imóveis, sociólogo, terapeuta ocupacional, médico, artesão e vidraceiro. Havia, ainda, uma pessoa aposentada e um estudante de Direito, também tecnólogo em Meio Ambiente, que não estava trabalhando na área.

¹⁷ Cabe esclarecer que, diante das reclamações, a iniciativa foi notificada duas vezes pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Prefeitura Municipal, em 2011, e intimada, no início de 2012, a remover os

animais. Todavia, em um primeiro momento essa remoção foi parcial, retirando-se o galo que era mantido com as galinhas e reduzindo-se a quantidade das mesmas, que chegou a 30 animais. Um prazo foi acordado para a conclusão dos experimentos em curso e a *Quinta da Videira* passou a receber visitas de peritos da vigilância a cada seis meses. Pelo que se pôde constatar, esse fato era desconhecido na vizinhança.